



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Licenciatura 2014-2015

DISCIPLINA

DIREITO ADMINISTRATIVO II (T. Noite)

PROFESSOR REGENTE

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

Programa (2014-2015)

I - “Psicopatologia da Vida Quotidiana” do Direito Administrativo

- 1- A “infância difícil” e os modernos traumas do Direito Administrativo. Administração Pública e Direito Administrativo no Estado Liberal, no Estado Social e no Estado Pós-social
- 2- Os sistemas administrativos: sua história e evolução
- 4- Administração Pública, função administrativa e Direito Administrativo

II - “Todos Diferentes, Todos Iguais” - Os Sujeitos das Relações Jurídicas Administrativas

- 1- Os particulares como sujeitos de direito
 - 1.1- De “súbdito” a “sujeito”: o reconhecimento de direitos subjectivos dos particulares perante a Administração
 - 1.2- Os direitos subjectivos de acordo com a teoria da “norma de protecção”. Crítica das concepções negacionistas e dualistas em matéria de posições subjectivas dos particulares
 - 1.3- Os direitos fundamentais e o alargamento dos direitos subjectivos no quadro das relações multilaterais
- 2- Os sujeitos da Administração pública
 - 2.1- Pessoas colectivas, órgãos e serviços administrativos (remissão)
 - 2.2- Do dogma clássico da “impermeabilidade” do Estado ao reconhecimento de relações jurídicas no seio da Administração Pública
 - 2.3- Relações administrativas interorgânicas e intersubjectivas

III - O Direito Administrativo como “Direito Constitucional Concretizado”

- 1- Administração Pública e Constituição
- 2- O princípio da legalidade
 - 2.1- Legalidade e juridicidade
 - 2.2- Interpretação e aplicação da lei: os problemas da “margem” de apreciação e da “margem” de decisão da Administração. Poderes discricionários e vinculados



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3- Os princípios fundamentais da actuação administrativa. Os princípios constitucionais da prossecução do interesse público, do respeito pelos direitos dos particulares, da justiça, da imparcialidade, da igualdade, da proporcionalidade, da boa-fé

IV - “Viagem ao Centro” do Direito Administrativo – Procedimento e Relações Jurídicas Administrativas

1- Das concepções “actocêntricas” clássicas à busca de alternativas “centrais” (como o procedimento ou a relação jurídica) para o Direito Administrativo

2- O procedimento administrativo

2.1- Concepções e natureza jurídica do procedimento administrativo

2.2- A codificação do procedimento em Portugal

2.3- Princípios e regras procedimentais. As fases do procedimento administrativo

3- A relação jurídica administrativa

3.1- A diversidade das relações jurídicas administrativas. Relações jurídicas substantivas e procedimentais

3.2- Relações jurídicas bilaterais e multilaterais

4- Da “Farda Única” ao Moderno “Pronto-a-Vestir” das Formas de Actuação Administrativa (Actos administrativos, Planos, Regulamentos, Actuação Informal, Técnica, Privada, Operações Materiais).

V - Em Busca do Acto Administrativo Perdido

1- Os “modelos” de acto autoritário da Administração Agressiva, o acto favorável da Administração Prestadora, e o acto multilateral ou dotado de “eficácia em relação a terceiros” da Administração Infra-estrutural

2- Transformação e novas funções desempenhadas pelo acto administrativo

2- Concepções amplas e restritivas de acto administrativo

2.1- Acto e processo administrativo. Crítica da concepção clássica dos actos definitivos e executórios e demais noções restritivas de acto administrativo

2.2- Acto administrativo e acto lesivo

3- Validade e eficácia do acto administrativo

3.1- Requisitos de validade do acto administrativo

3.2- Nulidade e anulabilidade do acto administrativo

3.3- Requisitos de eficácia do acto administrativo

4- Extinção e modificação do acto administrativo. Em especial, a revogação dos actos administrativos

VI – “Ver mais além” - Os regulamentos administrativos

1- As actuações gerais e abstractas e sua generalização nos domínios da Administração infra-estrutural. Planos e regulamentos

2- Regulamentos independentes e de execução

VII – “O Jardim dos caminhos que se Bifurcam” - A contratação pública

1- A actividade contratual da Administração pública.

2- A pseudo-distinção entre contratos administrativos e contratos da Administração. A “contratualização” da actividade administrativa

3- Linhas gerais do Código da Contratação Pública

VIII – “Nem tudo o que reluz é... acto” – Novas formas de actuação administrativa

1- A actuação não jurídica da Administração: informal, técnica, privada, material

2- A informatização da Administração e as formas de actuação administrativa



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3- Relevância jurídica das omissões administrativas. Os denominados actos tácitos positivos e negativos e sua superação

4- A “fuga para o direito privado” e a “privatização” da actuação administrativa

IX - “Cá se Fazem, Cá se Pagam” – Da Responsabilidade Administrativa e das Garantias dos Particulares

1- A responsabilidade civil da Administração Pública

1.1- Responsabilidade civil pública e responsabilidade civil administrativa

1.2- A tradicional distinção entre responsabilidade administrativa por actos de gestão pública e de gestão privada e a necessidade da sua superação. O “jardim dos caminhos que se bifurcam”: a actual (e insustentável) situação actual portuguesa de unidade jurisdicional com dualidade de regimes jurídico substantivos

2- Garantias dos particulares

2.1- Garantias políticas

2.2 - Garantias administrativas. Em especial, a reclamação e o recurso hierárquico

2.2- Garantias contenciosas: tribunais administrativos e princípio da tutela plena e efectiva dos direitos dos particulares (remissão)

Bibliografia

DIOGO FREITAS DO AMARAL, «Curso de Direito Administrativo», volume II, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2011.

FREITAS DO AMARAL / JOÃO CAUPERS / JOÃO M. CLARO / JOÃO RAPOSO / MARIA DA GLÓRIA GARCIA / PEDRO SIZA VIEIRA / VASCO PEREIRA DA SILVA, «Código do Procedimento Administrativo – Anotado, com Legislação Complementar», 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2005.

JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, «Lições de Direito Administrativo», Universidade de Coimbra», Coimbra, 2010.

MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, «Teoria Geral do Direito Administrativo: Temas Nucleares», Almedina, Coimbra, 2012.

JOÃO CAUPERS, «Introdução ao Direito Administrativo», 10ª edição, Âncora, Lisboa, 2009.

MARIA JOÃO ESTORNINHO, «A Fuga para o Direito Privado» (2º reimp.), Almedina, Coimbra, 2009.

VASCO PEREIRA DA SILVA, «Em Busca do Acto Administrativo Perdido», Almedina, Coimbra, 1996.

VASCO PEREIRA DA SILVA / INGO WOLFGANG SARLET, «Direito Público Sem Fronteiras» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

SABINO CASSESE / VEITH MEHDE / CAROL HARLOW / PASCALE GONOD / VASCO PEREIRA DA SILVA / STEFFANO BATTINI / GERDY JURGENS / DAVID DUARTE, «Functions and Purposes of the Administrative Procedure: New Problems and New Solutions» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

MARCELO REBELO DE SOUSA / ANDRÉ SALGADO DE MATOS, «Direito Administrativo Geral», D. Quixote, Lisboa - tomo I, «Introdução e Princípios Fundamentais», 3.ª edição, Dom Quixote, 2008, tomo III - «Actividade Administrativa», 2ª edição, 2009, tomo III – «Contratos Públicos», 2ª edição, 2009, tomo III – «Responsabilidade Civil Administrativa», 1ª edição, 2008.